

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS
ISSN 0100-3453

O programa de fomento florestal do viveiro da CESP de Porto Primavera e a situação do fomento florestal com espécies nativas no Estado de São Paulo

**André Rocha Ferretti
Paulo Yoshio Kageyama
Oriowaldo Queda**

CIRCULAR TÉCNICA



Nº 193 NOVEMBRO 2001

<http://www.ipef.br/publicacoes/ctecnica/>

O Programa de Fomento Florestal do viveiro da CESP de Porto Primavera e a situação do fomento florestal com espécies nativas no Estado de São Paulo

The Public Agency Providing of the São Paulo State Energy Company, Porto Primavera Unit, and the position of the programs with native species in São Paulo State, Brazil

André Rocha Ferretti

Mestre em Ciências Florestais pela ESALQ / USP

Paulo Yoshio Kageyama

Prof. Titular do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ / USP

Oriowaldo Queda

Prof. Titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ / USP

RESUMO: Com o objetivo de analisar o Programa de Fomento Florestal do viveiro de produção de mudas da CESP de Porto Primavera, foram enviados formulários de pesquisa com questões de múltipla escolha para os signatários de 280 contratos de fomento florestal estabelecidos com a empresa, distribuídos em 12 municípios da região de Assis, no Estado de São Paulo. Obtiveram-se respostas de 20% do total, sendo que 10,71% das correspondências foram devolvidas. A partir dos resultados obtidos, não se confirmou a hipótese de que grande parte dos produtores aderiram ao Programa, principalmente pelo fato de poder receber mudas e assistência técnica gratuitas, o que indica tratar-se de um incentivo necessário, mas não suficiente. Verifica-se que a questão legal, aliada ao temor da ação das diversas instituições ligadas ao setor de meio ambiente, foi o motivo principal que levou os produtores rurais, que responderam aos formulários, a participar do fomento florestal da CESP. Por outro lado, a conservação dos recursos hídricos e do solo também têm motivado muitos produtores para o plantio de espécies florestais nativas, indicando que os produtores estão preocupados diretamente com a conservação dos recursos naturais, mais diretamente ligados à produção agropecuária, disponíveis em suas áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Fomento florestal, Extensão rural, Restauração florestal, Reflorestamento ciliar, CESP

ABSTRACT: Research forms with multiple choice questions were sent to the signers of the 280 contracts of Public Agency Providing established with the São Paulo State Energy Company (CESP), Porto Primavera Unit. The objective was to analyze the Company's Program of Public Agency Providing in the nursery for seedling production. The referred contracts were distributed in 12 municipalities situated at Assis, São Paulo State. Only 20% of the sent letters were answered and 10,71% were returned unanswered. The obtained results did not confirm the hypothesis that a large part of the producers would adhere to the Program, mainly because they could receive seedlings and technical assistance free of charge. This indicates that the incentive is insufficient, though necessary. It was also verified that - among the rural producers that answered the form - the main reason for them participate in the Public Agency Providing of the São Paulo State Energy Company, was the question of legality, added to fear for actions that could possibly be taken by institutions linked to the environmental sector. On the other hand, also soil and water resources conservation did motivate many producers to plant native forest species. This indicates that the producers are really concerned about the conservation of those natural resources that are available on their areas and which are more directly related to income through agriculture and cattle breeding.

KEYWORDS: Providing, Extension, Restoration, Reforestation, Nursery, Seedling production, CESP

INTRODUÇÃO

O fomento florestal no Estado de São Paulo tem sido orientado para a produção de matéria-prima para a indústria de celulose, papel e madeira para energia, graças principalmente às empresas privadas que atuam no setor e às associações de reposição florestal, que vêm incentivando o plantio quase que exclusivo de florestas homogêneas de espécies exóticas. As espécies nativas representam uma parcela muito pequena do fomento florestal no Brasil, sendo a CESP (Companhia Energética de São Paulo) em São Paulo, um representante de destaque deste segmento. A Companhia tem desenvolvido programas de fomento florestal, utilizando cinco viveiros de produção de mudas no Estado de São Paulo (Ilha Solteira, Jupia, Paraibuna, Porto Primavera e Promissão), levando sua tecnologia ao alcance do produtor rural.

Segundo Queda e Szmrecsányi (1972), na literatura distingue-se, para o período anterior aos anos 50, um tipo de política para a agricultura denominada “fomento”. As finalidades desta modalidade de assistência técnica eram (e continuam sendo):

- fornecimento de insumos para a produção, isto é, a organização de serviços especializados para a distribuição, ou venda a baixo preço, de sementes, mudas, fertilizantes, inseticidas etc.;
- a prestação de serviços básicos no que se refere à mecanização agrícola, conservação do solo e da água, obras de irrigação e drenagem, estradas vicinais e outras construções rurais;
- assistência técnica propriamente dita, orientada para determinados ramos da produção vegetal e animal.

De acordo com IPEF (1992), fomento florestal seria uma série de ações protagonizadas por produtores rurais, empresas, poder público e outros, visando a produção de florestas econômicas de baixo custo. De acordo com Neves (1994), o fomento florestal no Brasil teve início em 1958, em Minas Gerais, com o “Projeto de Reflorestamento para Produtores Rurais”, no município de Paraopeba, que na época vivia de um carvoejamento ostensivo e depredatório.

O fomento florestal tem o papel de levar a informação técnica ao produtor rural, bem como incentivar os plantios com o fornecimento de insumos, como sementes, mudas, formicidas, adubo etc. Porém, isso só não basta. É fundamental que seja um instrumento de educação do produtor, e que contemple o componente socioeconômico, gerando alternativas de renda ao produtor rural baseadas na presença da árvore e da floresta na propriedade rural.

Analisando diversos programas de fomento florestal, como os desenvolvidos, principalmente, pela CESP e pela Fundação Florestal, onde os autores tiveram a oportunidade de colaborar em programas de cooperação técnica entre estas instituições e o Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP, constatou-se que apenas a instalação de viveiros florestais e a produção de mudas de boa qualidade não seriam suficientes para promover a restauração de ambientes ciliares em propriedades rurais particulares. Seria necessário um trabalho prévio para se conhecer aquele que iria plantar e cuidar das mudas produzidas.

O componente ambiental jamais poderá estar dissociado do social e do econômico, ou seja, nunca se poderá ver as margens dos rios e entorno de lagos e nascentes protegidos por florestas, se o que pensam as pessoas que vivem nestas áreas, bem como as suas necessidades não forem levadas em conta. É preciso entender a relação do ser humano com o elemento arbóreo, recuperando o conhecimento florestal dos agricultores e proprietários de terras do Estado. É preciso identificar o que os têm levado a retirar e eliminar as árvores e as florestas de suas terras, para depois se tentar reverter a situação e trazer o elemento arbóreo novamente para dentro da propriedade rural.

Os objetivos deste trabalho são: analisar o Programa de Fomento Florestal do viveiro de produção de mudas da CESP de Porto Primavera; identificar o que levou os produtores a participar, ou desistir, do Programa de Fomento Florestal da Companhia; saber como este público avalia o Programa e registrar possíveis sugestões e reivindicações dos produtores. Deste modo, as informações obtidas poderão ser utilizadas posteriormente para aprimorar o Programa de Fomento Florestal da CESP e contribuir para outros programas que incentivem a presença da árvore e da floresta nas propriedades rurais.

Para que se possa compreender melhor como se desenvolve o Programa de Fomento Florestal da CESP / Porto Primavera, serão listadas em seguida as suas principais etapas:

- **Divulgação:** a CESP informa os proprietários de terras nas áreas de influência de seus reservatórios, sobre a existência do Programa de Fomento Florestal, por meio de folhetos, dias de campo, cartas enviadas juntamente com a conta de energia elétrica, palestras e visitas às propriedades;
- **Solicitação:** o proprietário interessado entra em contato com a CESP por telefone, Fax, correio, ou pessoalmente, informando o nome, o município e a localização da propriedade com indicação de como chegar ao local, telefone e nome de uma pessoa para contato;
- **Visita ao local:** a partir da solicitação do proprietário, a CESP faz uma visita ao local para recolher informações técnicas necessárias para a elaboração do projeto técnico de reflorestamento;
- **Contrato:** o proprietário e a CESP assinam um contrato de cooperação recíproca para implantação de projeto de reflorestamento ciliar, em três vias, ficando uma com o proprietário e duas com a CESP, uma no arquivo da empresa em São Paulo e outra no arquivo do viveiro;
- **Expedição:** saída das mudas do viveiro para a propriedade fomentada. Normalmente são enviadas 50% de mudas de espécies de rápido crescimento e 50% de crescimento mais lento, ou a alternativa de 2/3 e 01/3, respectivamente. As mudas também são divididas em espécies de área úmida, plantadas em áreas mais próximas da água ou sujeitas à inundação e espécies de área seca.

Partiu-se da hipótese de que, a principal motivação para que os produtores rurais participem do Programa de Fomento Florestal do viveiro, está na oportunidade de receber mudas e assistência técnica gratuitas; e de que os motivos que levam os produtores rurais a adotar o elemento arbóreo em suas propriedades são diferentes em função do tamanho da área e da participação das atividades produtivas ali praticadas no sustento da família.

METODOLOGIA

Os estudos no campo das “ciências ambientais”, que unem conhecimentos da área biológica e das ciências sociais, enfrentam muitas dificuldades na elaboração de um projeto de pesquisa, devido à falta de bibliografia, informações, documentos e registros. Isso se deve ao fato de ser esta uma área recente e sem tradição no Brasil e, muitas vezes, há a necessidade de se produzir alternativas, para obtenção de dados e analisar tendências.

Antes da consulta aos arquivos do viveiro da CESP, em Porto Primavera, SP, imaginava-se que havia grande volume de informação sobre as propriedades fomentadas, mudas enviadas e desenvolvimento dos plantios. Mas, durante o desenvolvimento do trabalho constatou-se que não houve preocupação da Companhia nesse sentido.

Foram enviados formulários de pesquisa com questões de múltipla escolha para os signatários de 280 contratos de fomento florestal estabelecidos com a empresa e distribuídos nos seguintes municípios da região de Assis, no Estado de São Paulo: Cândido Mota, Palmital, Florínea, Assis, Maracá, Tarumã, Campos Novos Paulista, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Cruzália, Ibirarema e Platina. Além destes, decidiu-se enviar cartas para 100 produtores da região que não haviam assinado, até então, contrato de fomento com a CESP, tomados ao acaso. Buscava-se, por meio de informações colhidas deste público, avaliar o alcance da divulgação do Programa, bem como saber se estes proprietários estariam interessados em participar do Programa de Fomento da Companhia, ou mesmo as razões que poderiam estar desestimulando-os a participar. Posteriormente, por causa de problemas operacionais, optou-se por distribuir estas cartas, com a ajuda da CATI, (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) para propriedades nos municípios de Cândido Mota, Palmital, Assis e Platina, visto que, segundo os Engenheiros Agrônomos da Casa da Agricultura de Palmital, eram estes os municípios mais próximos da área considerada prioritária, naquele momento, pelo Programa de Fomento Florestal da CESP na região. Foram destinadas 25 cartas para cada município.

O envelope continha, além do formulário mencionado, um envelope selado para o envio das respostas, uma carta que esclarecia o trabalho que estava sendo desenvolvido, a razão do formulário de pesquisa e passava orientações de como preenchê-lo.

O formulário possuía um espaço para o preenchimento do nome do proprietário, nome e tamanho da propriedade, endereço e telefone para contato, com o intuito de se confirmar e atualizar estes dados. O

tamanho da propriedade deveria ser registrado com precisão para que se pudesse agrupá-las em classes de tamanho de área. Isso porque havia a hipótese de que pequenos, médios e grandes proprietários poderiam dar respostas diferenciadas às perguntas, o que, se fosse confirmado, indicaria que a CESP deveria tratá-los de forma diferenciada.

Para facilitar a análise dos contratos de fomento, a área administrativa da CESP de Porto Primavera separou-os em três grupos a saber:

- Vigentes: contratos que ainda estão no período de vigência, que na maioria dos casos é de 4 anos, independentemente das mudas terem sido retiradas ou não;
- Vencidos: contratos em que o período de vigência já terminara, mesmo que as mudas não tivessem sido retiradas do viveiro;
- Desistentes: contratos que não foram assinados, por desistência da CESP ou do proprietário.

Partindo desta classificação adotada pela CESP, o público alvo da pesquisa foi também dividido em três grupos, para facilitar a interpretação das respostas:

a) Público 1 (contratos de fomento classificados como vigentes e vencidos)

- Público alvo: Propriedades que participam ou participaram do Programa de Fomento Florestal da CESP.

- Objetivo: Identificar os motivos que levaram os produtores rurais incentivados pela CESP, na região do reservatório de Porto Primavera, a plantar floresta nativa em sua propriedade, recuperando a forma como o produtor ficou sabendo do Programa de Fomento Florestal da CESP e o grau de participação do produtor na tomada de decisão, além de avaliar o Programa de Fomento Florestal da Companhia.

b) Público 2 (contratos de fomento classificados como desistentes)

- Público alvo: Propriedades que após um contato inicial com a CESP, desistiram de participar do Programa de Fomento Florestal da Companhia.

- Objetivo: Identificar os motivos que levaram os produtores rurais incentivados pela CESP, na região do reservatório de Porto Primavera, a plantar floresta nativa em sua propriedade e a desistir do contrato, recuperando a forma como o produtor ficou sabendo do Programa de Fomento Florestal da CESP e o grau de participação do produtor na tomada de decisão, além de avaliar o Programa de Fomento (incentivo) Florestal da Companhia.

c) Público 3 (propriedades não cadastradas no Programa de Fomento do Viveiro)

- Público alvo: Propriedades que até o momento não participaram do Programa de Fomento Florestal da CESP.

- Objetivo: Avaliar a divulgação e o potencial do Programa de Fomento (incentivo) Florestal da CESP, na região do reservatório de Porto Primavera e o interesse deste grupo de proprietários rurais por atividades florestais.

Foram enviadas 380 cartas contendo formulários de pesquisa, sendo 206 para o Público 1, 74 para o Público 2 e 100 para o Público 3. A expectativa era a de receber algo em torno de 10% de resposta, o que já seria uma amostragem considerada suficiente para a análise que se desejava realizar.

RESULTADOS

Levantou-se o total de contratos de fomento florestal realizados pela Unidade de Produção de Mudanças da CESP de Porto Primavera, desde o primeiro contrato firmado, em 1988, até o último que seria assinado no final de mês de dezembro de 1997. Neste período de 10 anos foram cadastrados, nos arquivos daquela unidade, 536 contratos de fomento florestal.

Dos 536 contratos de fomento, há propriedades em 80 municípios, sendo 64 no Estado de São Paulo, 11 no Paraná, 4 no Mato Grosso do Sul e 1 em Minas Gerais. A maioria dos contratos de fomento são em áreas particulares de pessoa física, mas algumas áreas pertencem a empresas ou Prefeituras. É importante destacar que algumas propriedades podem ter mais de um contrato de cooperação com a CESP. O proprietário pode ter feito um segundo contrato após o término do primeiro e, como foi constatado, uma mesma propriedade pode possuir contratos em nome de pessoas diferentes.

Do total de contratos, foram levantados: 274 vigentes, 119 vencidos e 143 classificados como desistentes, segundo critério adotado pela equipe técnica de fomento do viveiro. Assim, cerca de 50% dos contratos ainda estavam em período de vigência, indicando que muitas mudas ainda estavam para sair do viveiro e que o contato da Companhia com o produtor rural em muitos casos só estava começando.

Para se ter uma idéia do que isso representa em número de mudas, o total contratado referente aos 274 contratos, vigentes em dezembro de 1997, somou 1.221.984 mudas, das quais, até então foram retiradas cerca de 22%, ou seja, 272.649 mudas. Muitas destas mudas ainda estavam para ser retiradas, visto que o proprietário normalmente tem um prazo de quatro anos para isso. Já os 119 contratos vencidos somavam 1.787.865 mudas contratadas, das quais 631.828 (35,3%) foram retiradas.

Obteve-se resposta de 20% do total de formulários de pesquisa enviados para os Públicos 1 e 2, ou seja, para propriedades com contratos de fomento que vencidos ou em vigência, ou que desistiram do contrato antes de assiná-lo. Do total de cartas enviadas para estes públicos, 10,71% foram devolvidas pelo correio. Das 100 cartas enviadas ao Público 3 (proprietários não cadastrados até então nos arquivos do Programa de Fomento do viveiro), nenhuma foi respondida. Este fato, extremamente importante, não foi analisado neste trabalho.

DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos, não se confirmou a hipótese de que grande parte dos produtores aderissem ao Programa principalmente pelo fato de poder receber mudas e assistência técnica gratuitas, o que indica tratar-se de um incentivo necessário, mas não suficiente. Verificou-se que a questão legal, aliada ao temor da ação das diversas instituições ligadas ao setor de meio ambiente, foram os motivos principais que levaram os produtores rurais, que responderam aos formulários, a participar do fomento florestal da CESP. Por outro lado, a conservação dos recursos hídricos e do solo também têm motivado muitos produtores para o plantio de espécies florestais nativas, sugerindo que os produtores estavam preocupados diretamente com a conservação dos recursos naturais, mais diretamente ligados à produção agropecuária, disponíveis em suas áreas.

CONCLUSÃO

O principal enfoque do programa de fomento florestal analisado está na produção de mudas, aproveitando toda a estrutura física do viveiro, que tem capacidade para produzir muito mais mudas de boa qualidade genética e fisiológica, do que a Companhia tem capacidade de plantar. A maior dificuldade está na efetivação do plantio, tanto em áreas da Companhia quanto em propriedades particulares. Neste sentido, o Programa deveria se ater mais às ações de divulgação, sensibilização do produtor rural e busca de alternativas que possibilitasse a presença do elemento arbóreo na propriedade agrícola, tanto como componente econômico quanto ambiental.

É importante destacar que, mais do que a repressão, as informações obtidas indicam que o incentivo à adoção do elemento arbóreo na propriedade rural, desenvolvendo-se alternativas florestais que respondam às demandas do produtor, são o melhor caminho para o crescimento do Programa de Fomento Florestal na região. O modelo de reflorestamento misto com espécies nativas desenvolvido pela CESP, mais do que um modelo de implantação de um trecho de mata ciliar dentro de uma propriedade, é uma oportunidade para que se veja a árvore e a floresta com outros olhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IPEF- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS. Silvicultura intensiva e o desenvolvimento sustentável: 3. Simpósio IPEF. **Série técnica IPEF**, v.8, n.24, p.1-89, 1992.
- NEVES, J.C. O fomento florestal e seus reflexos a nível de meio ambiente. In: ENCONTRO TÉCNICO FLORESTAL, 6, Belo Horizonte, 1994. **Anais**. Belo Horizonte: ABRACAVE, 1994. 186p.
- QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T., org. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Cap.17, p.270

Circular Técnica IPEF (ISSN 0100-3453) é publicada sem periodicidade regular pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) em convênio com o Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo. *Circular Técnica IPEF* divulga conhecimentos técnicos e científicos referentes ao setor florestal. Os objetivos principais são transferência de tecnologia, disseminação de métodos, técnicas e informações importantes para o desenvolvimento das atividades florestais e para a atualização dos profissionais que atuam no setor.

Os manuscritos devem ser submetidos à Comissão Editorial em três cópias. Inicialmente, somente manuscritos impressos são necessários. Após a aceitação do trabalho, será solicitado o manuscrito em formato digital. Para maiores informações contate:

Circular Técnica IPEF
IPEF - ESALQ/USP
Av. Pádua Dias, 11 - Caixa Postal 530
13400-970, Piracicaba, SP - Brasil
fone: 55-19-3436-8618
fax: 55-19-3436-8666
E-mail: mmpoggia@esalq.usp.br
<http://www.ipef.br/publicacoes/ctecnica>

O conteúdo e as opiniões apresentadas nos trabalhos publicados não são de responsabilidade de *Circular Técnica IPEF* e não representam necessariamente as opiniões do IPEF ou do Departamento de Ciências Florestais, ESALQ/USP.

Circular Técnica IPEF (ISSN 0100-3453) teve início em 1979.

Comissão Editorial / Editorial Board

Editora Executiva / Executive Editor

Marialice Metzker Poggiani

Editores Científicos / Scientific Editors

Antonio Natal Gonçalves - ESALQ/USP
Biotecnologia e Melhoramento Florestal / Biotechnology and Tree Improvement

Fábio Poggiani - ESALQ/USP
Ecologia Florestal e Gerenciamento Ambiental / Forest Ecology and Environmental Management

Fernando Seixas - ESALQ/USP
Silvicultura e Manejo Florestal / Silviculture and Forest Management

Ivaldo Pontes Jankowsky - ESALQ/USP
Tecnologia de Produtos Florestais / Forest Products Technology

Editores Associados / Associate Editors

Antonio Carlos da Silva Zanzini - UFLA
Antonio Lelis Pinheiro - UFV
Antonio Rioyei Higa - UFPR
Benedito Rocha Vital - UFV
Edson Seizo Mori - UNESP / Botucatu
Efraim Rodrigues - UEL
Elias Silva - UFV
Elio José Santini - UFSM
Fátima Piña Rodrigues - UFRRJ
Francisco Antonio Rocco Lahr - EESC / USP
Giselda Durigan - Instituto Florestal de São Paulo
Hélio Garcia Leite - UFV
Hélio Grassi Filho - UNESP / Botucatu
Helton Damin da Silva - EMBRAPA / CNPF
Iraê Amaral Guerrini - UNESP / Botucatu
José Gabriel de Lelles - UFV
José Luiz Pereira Rezende - UFLA
José Luiz Stape - Colorado State University / Forest Sciences
Luciano José Minetti - UFV
Luiz Carlos Estraviz Rodriguez - ESALQ / USP
Mário Luiz Teixeira de Moraes - UNESP / Ilha Solteira
Miguel Cooper - ESALQ / USP
Paulo Fernando Trugilho - UFLA
Paulo Roberto Camargo e Castro - ESALQ/USP
Paulo Yoshio Kageyama - ESALQ / USP
Renato Luiz Grisi Macedo - UFLA
Sergius Gandolfi - ESALQ / USP
Solon Jonas Longhi - UFSM
Vera Lex Engel - UNESP / Botucatu

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Adolpho José Melfi - Reitor

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP)
Júlio Marcos Filho - Diretor
Walter de Paula Lima - Vice-Diretor

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS (IPEF)

Antônio Joaquim de Oliveira (Duratex S.A.) - Presidente
José Maria de Arruda Mendes Filho - Vice-Presidente

José Otávio Brito (ESALQ/USP) - Diretor Executivo

Sócios do IPEF

Sócios Titulares

Aracruz Celulose S.A.
Bahia Sul Celulose S/A
CAF Santa Bárbara Ltda
Cenibra - Celulose Nipo Brasileira S.A.
Cia Suzano de Papel e Celulose S/A
Desarrollo Forestal S.A. de C.V.
Duratex S/A
Eucatex S/A Indústria e Comércio
Inpacel Agroflorestal Ltda.
Indústrias Klabin de Papel e Celulose
International Paper do Brasil
Jari Celulose S/A
Lwarcel Celulose e Papel Ltda.
Pisa Florestal S/A
Rioceff S/A
Ripasa S.A. Celulose e Papel
Votorantim Celulose e Papel S.A.

Sócios Colaboradores

Basf S.A.
Monsanto do Brasil Ltda.
Pecom Florestal

Editoração e Diagramação

Luiz Erivelto de Oliveira Júnior - IPEF
leolivei@esalq.usp.br



INSTITUTO DE PESQUISAS
E ESTUDOS FLORESTAIS